



MAIA

MAIA AMBIENTE

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

FORNECIMENTO DE BENS

PROCEDIMENTO:	CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL - ARTIGO 20º, Nº1, ALÍNEA A) DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS
PREÇO BASE:	TOTAL: 414.222,00 € (QUATROCENTOS E CATORZE MIL E DUZENTOS E VINTE E DOIS EUROS) LOTE 1 - 170.349,00 € (CENTO E SETENTA MIL TREZENTOS E QUARENTA E NOVE EUROS) LOTE 2 - 209.010,00 € (DUZENTOS E NOVE MIL E DEZ EUROS) LOTE 3 - 34.863,00 € (TRINTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E SESSENTA E TRÊS EUROS)
OBJETO CONTRATUAL:	“AQUISIÇÃO, POR LOTES, DE EQUIPAMENTOS PARA O ALARGAMENTO DA RECOLHA SELETIVA DE BIORRESÍDUOS”



MAIA

MAIA AMBIENTE

Índice

Cláusula 1ª Objeto do concurso e CPV	3
Cláusula 2ª Entidade pública Adjudicante	3
Cláusula 3ª Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Cláusula 4ª Preço base e Preço 85 Baixo	3
Cláusula 5ª Concorrentes	4
Cláusula 6ª Critério de adjudicação e modelo de avaliação	5
SECÇÃO II PEÇAS DO PROCEDIMENTO	7
Cláusula 7ª Consulta e fornecimento das peças do procedimento	7
Cláusula 8ª Esclarecimentos, Erros e Omissões e retificações das peças do procedimento	8
SECÇÃO III PROPOSTAS	9
Cláusula 9ª Apresentação das propostas	9
Cláusula 10ª Proposta	10
Cláusula 11ª Propostas variantes	11
Cláusula 12ª Documentos que constituem a proposta	11
Cláusula 13ª Amostras	13
Cláusula 14ª Modo de apresentação da proposta	13
Cláusula 15ª Retirada da Proposta	14
SECÇÃO IV ABERTURA DE PROPOSTAS	14
Cláusula 16ª Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	14
SECÇÃO V ANÁLISE DAS PROPOSTAS	14
Cláusula 17ª Esclarecimentos sobre as propostas	15
Cláusula 18ª Exclusão de propostas	15
Cláusula 19ª Leilão eletrónico	16
SECÇÃO VI ADJUDICAÇÃO	16
Cláusula 20ª Relatório preliminar	16
Cláusula 21ª Audiência prévia	17
Cláusula 22ª Relatório final	17
Cláusula 23ª Dever de adjudicação	17
Cláusula 24ª Causas de não adjudicação	17
Cláusula 25ª Notificação da decisão de adjudicação	18
Cláusula 26ª Documentos de habilitação	19
Cláusula 27ª Modo de apresentação dos documentos de habilitação	20
Cláusula 28ª Caução	21
Cláusula 29ª Notificação da apresentação dos documentos de habilitação	21
Cláusula 30ª Não Outorga do Contrato	21
SECÇÃO VII CONTRATO	22
Cláusula 31ª Aceitação da minuta do contrato	22
Cláusula 32ª Reclamações contra a minuta	22
Cláusula 33ª Celebração de contrato escrito	23
SECÇÃO VIII DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS	23
Cláusula 34ª Prova de declarações	23
Cláusula 35ª Falsidade de documentos e de declarações	24
Cláusula 36ª Idoneidade	24
SECÇÃO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS	24
Cláusula 37ª Encargos do Adjudicatário	24
Cláusula 38ª Legislação Aplicável	25
ANEXO I Modelo de declaração Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)	26
ANEXO II Modelo de declaração	27
ANEXO III Modelo de proposta de preço	28
ANEXO IV Modelo de declaração relativa ao prazo de garantia do equipamento objeto do fornecimento	31
ANEXO V Modelo de declaração relativa à unidade de fabrico dos contentores objeto do fornecimento	32

Cláusula 1ª

Objeto do concurso e CPV

- 1- O presente procedimento concursal que tem por objeto a aquisição, por lotes, de equipamentos para o alargamento da recolha seletiva de biorresíduos, em conformidade com o estabelecido no Caderno de Encargos e respetivos anexos.
- 2- A Maiambiente reserva-se ao direito de condicionar, quer a adjudicação, quer a vigência do contrato automaticamente à aprovação pelo NORTE2030 - Projeto da Segunda fase (Aviso NORTE2030-2024-27).
- 3- Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) é a seguinte: "44613600-6" do Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007 e publicado no Jornal Oficial da União Europeia.

Cláusula 2ª

Entidade pública Adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Maiambiente, com sede na Rua 05 de Outubro, n.º 359, 4475-302, Milheiros, Maia, com o telefone n.º 229 478 130, com o fax n.º 229 478 139 e com o endereço eletrónico daf@maiambiente.pt.

Cláusula 3ª

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração em reunião ordinária de **25/06/2025**.

Cláusula 4ª

Preço base e Preço 85 Baixo

- 1- O preço base do procedimento é de **414.222,00 € (Quatrocentos e catorze mil e duzentos e vinte e dois euros)**, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, correspondendo os seguintes preços base por Lote, a que acresce o IVA:



MAIA

MAIA AMBIENTE

- I. O preço base (Pb) do procedimento para o **LOTE 1 é 170.349,00 €** (Cento e setenta mil trezentos e quarenta e nove euros), sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
 - II. O preço base (Pb) do procedimento para o **LOTE 2 é 209.010,00 €** (Duzentos e nove mil e dez euros), sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
 - III. O preço base (Pb) do procedimento para o **LOTE 3 é 34.863,00 €** (trinta e quatro mil e oitocentos e sessenta e três euros), sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
- 2- O critério de adjudicação de cada um dos lotes é o definido no presente programa do procedimento, podendo os concorrentes apresentar propostas para um, para vários, ou para todos os lotes, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

Cláusula 5ª

Concorrentes

- 1- Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.
- 2- É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de Agrupamento complementar de empresas ou Consórcio Externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato. No caso de consórcio, todas as empresas integrantes devem satisfazer as disposições de idoneidade referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

Cláusula 6ª

Critério de adjudicação e modelo de avaliação

1 - Lote 1

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator, ao abrigo da alínea a) do nº1 do artigo 74º do CCP, para o LOTE 1, tendo em conta os seguintes fatores e respetivos pesos:

F1 - Preço Proposto: 70%

F2 - Prazo de garantia dos equipamentos: 15%

F3 – Valia técnica da proposta: 15%

Nota 1:

Para a determinação da posição e classificação dos Concorrentes no Fator “Preço Proposto”, será utilizada a aplicação da seguinte fórmula:

$$p(\%) = \left(\frac{PBase - Pprop.}{PBase} \right) \times 100\%$$

em que:

p (%) – Percentagem calculada;

PBase – Preço máximo, não podendo o mesmo exceder o valor de **170.349,00 €** (Cento e setenta mil trezentos e quarenta e nove euros), excluindo IVA;

Pprop. – Preço da Proposta em análise

Nota 2:

Para a determinação da posição e classificação dos Concorrentes no Fator “Prazo de garantia dos equipamentos proposto”, será utilizada a seguinte grelha:

N.º de anos de garantia	Percentagem atribuída
>6	20%
5	10%
4	5%
3	1%

Este fator é avaliado pelo número de anos de garantia dos equipamentos a fornecer, indicado no documento da proposta.

Nota 3:

Para o Fator “Valia Técnica da Proposta”, as Propostas serão classificadas da seguinte forma:

Atributo da Proposta	Percentagem atribuída
Proposta cuja abordagem não contém lacunas e omissões, completamente adequada ao objeto do concurso, instruída com elementos formulados de forma cuidadosa, muito detalhada e aprofundada, perfeitamente clara e objetiva. Indicação e descrição pormenorizada dos bens a fornecer, demonstrando clara compreensão dos requisitos definidos no Caderno de Encargos.	20%
Proposta cuja abordagem não contém lacunas e omissões, adequada ao objeto do concurso, instruída com elementos formulados de forma clara, detalhada e objetiva, nomeadamente quanto à compreensão dos requisitos definidos no Caderno de Encargos.	15%
Proposta cuja abordagem não contém lacunas e omissões, mas instruída com elementos genéricos e pouco detalhados, quer ao nível da apresentação dos bens, quer na descrição dos mesmos, não refletindo uma clara compreensão do fornecimento a ser prestado, não respondendo de forma satisfatória aos requisitos definidos no Caderno de Encargos.	10%
Proposta contendo lacunas graves e omissões, instruída com elementos genéricos, não adequados aos requisitos definidos no Caderno de Encargos.	0%

Este fator é avaliado pelos documentos das propostas referidos no presente Programa de Procedimento.

Em caso de empate na pontuação final entre duas ou mais propostas, são utilizados como critério de desempate, sucessivamente e pela ordem indicada:

- O menor preço proposto;
- A melhor pontuação obtida no fator F2 – Prazo de garantia dos equipamentos;
- A melhor pontuação obtida no fator F3 – Valia técnica da proposta.

2 - Lotes 2 e 3



MAIA

MAIA AMBIENTE

- a) A adjudicação é feita, ao abrigo do artigo 74º, nº1, alínea b) do CCP, na modalidade **Monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.
- b) As propostas serão hierarquizadas de forma decrescente, sendo a melhor proposta aquela que apresentar maior pontuação de acordo com o disposto no número anterior.
- c) o caso da existência de dois ou mais concorrentes que apresentem a mesma pontuação final, e uma vez que é adotada a modalidade monofator, para efeitos de desempate das propostas, recorrer-se-á ao sorteio a realizar, convocando-se todos os concorrentes.
- d) As pontuações serão apresentadas com arredondamentos a duas casas decimais.

SECÇÃO II

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Cláusula 7ª

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

- 1- As peças que instruem o procedimento são o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, e respetivos Anexos.
- 2- As peças do procedimento encontram-se disponíveis na Unidade Administrativa e Compras, onde podem ser consultadas pelos interessados, durante as horas normais de expediente (9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h), desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 3- Durante a consulta das peças do procedimento não é permitida a reprodução de quaisquer documentos por cópia, fotografia ou processo semelhante, nem neles fazer qualquer inscrição.
- 4- As peças do procedimento serão ainda disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>
- 5- O presente procedimento será integralmente disponibilizado a todos os interessados, na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingo.pt>, disponibilizada pela empresa ACIN – iCloud Solutions, Lda, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

- 6- O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento. Para ter acesso à plataforma da AcinGov, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>.
- 7- Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a AcinGov.
- 8- Não é necessário o interessado efetuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador da mesma.
- 9- As normas constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconforme.

Cláusula 8ª

Esclarecimentos, Erros e Omissões e retificações das peças do procedimento

- 1- Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, não sendo considerados os pedidos com data de solicitação posterior ao termo do referido prazo.
- 2- No mesmo prazo, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 3- Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao júri, através da plataforma eletrónica de contratação AcinGov em <http://www.acingov.pt>.
- 4- Até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri deve prestar os esclarecimentos solicitados, e o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 5- O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
- 6- Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto em matéria de prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas.

7- Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

SECÇÃO III

PROPOSTAS

Cláusula 9ª

Apresentação das propostas

- 1- Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>, até às **18:00h do 40º (quadragésimo) dia a contar da data de envio para publicação do anúncio no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia**, assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 2- A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 3- Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo.
- 4- A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 5- A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 6- A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 10ª

Proposta

- 1- Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2- Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para avaliação da mesma.
- 3- O preço, que não deve incluir o I.V.A., deve ser indicado em algarismos. Quando o preço constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o preço indicado em algarismos.
- 4- A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 5- A declaração ao abrigo do artigo 57º do CCP (Anexo I), bem como a Proposta de Preço dos Documentos que integram a Proposta, devem ser assinadas pelo representante legal do Concorrente ou por Procurador. Sempre que seja assinada por Procurador, juntar-se-á procuração que confira a estes últimos poderes para o efeito, devidamente legalizada.
- 6- No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração ao abrigo do Artigo 57º do CCP, bem como a Proposta, devem ser assinadas por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, quando acompanhada de instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.
- 7- O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados da data-limite para a sua entrega.
- 8- Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.
- 9- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
- 10- Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 11ª

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 12ª

Documentos que constituem a proposta

1- A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Único Europeu de Contratação Pública, em conformidade com Anexo I;
- b) Cópia da certidão permanente ou código de acesso à mesma;

Lote 1

- c) Proposta de preço total e lista de preços unitário, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III do presente Procedimento;
 - d) Declaração relativa ao prazo de garantia dos equipamentos
 - e) Memória descritiva, características e fichas técnicas dos equipamentos propostos, nomeadamente onde seja claramente descrito:
 - i. Marca/modelo dos equipamentos;
 - ii. Características com os elementos indicados no Caderno de Encargos;
 - iii. Desenhos Técnicos;
 - iv. Registo fotográfico a cores;
 - v. Todos os certificados necessários para avaliação dos equipamentos;
 - vi. Fabricante e local de fabrico.
 - f) Se aplicável, documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
 - g) Se aplicável, quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.
- 2- Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Lote 2 e 3

- a. Proposta de preço, incluindo preços unitários, conforme modelo incluído no Anexo III;
- b. Declaração relativa ao prazo de garantia do equipamento objeto do fornecimento, conforme modelo incluído no Anexo IV;
- c. Declaração relativa ao prazo de entrega dos bens que o concorrente se compromete a cumprir;
- d. Declaração CE de conformidade dos contentores propostos, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 221/2006, de 8 de novembro;
- e. Declaração com a identificação da unidade de fabrico dos contentores propostos, conforme modelo incluído no Anexo V;
- f. Cópia de Certificado nas normas EN ISO-9001 e ISO-14001 ou equivalentes da unidade fabril indicada na declaração referida na alínea anterior;
- g. Cópia do certificado de qualidade dos contentores objeto de concurso relativos à Norma EN 840-2021 ou equivalente;
- h. Cópia do certificado dos identificadores eletrónicos objeto de concurso relativo à conformidade com as normas DIN 30745 e EN 14803 ou equivalentes;
- i. Fichas técnicas dos produtos que evidenciem o cumprimento das cláusulas técnicas do caderno de encargos, especificando, no mínimo a seguinte informação:
 - I. Desenhos técnicos dos produtos;
 - II. Volume Nominal dos contentores (conforme definido pela Norma EN 840-2021, ou equivalente);
 - III. Carga Nominal dos contentores (conforme definido pela Norma EN 840-2021, ou equivalente);
 - IV. Informação detalhada que evidencie o cumprimento da cláusula 25ª do caderno de encargos, relativamente à insonorização dos contentores;
 - V. Quando as Fichas Técnicas não contiverem a informação necessária para evidenciar de forma clara e inequívoca alguma das características elencadas na alínea anterior, deve o concorrente juntar à documentação da sua proposta documentos que evidenciem de forma inequívoca estas características. Estes documentos devem, no mínimo, incluir fotografias ou desenhos técnicos produzidos pelo fabricante do produto com pormenor suficiente para aferir o cumprimento das referidas características técnicas.

- j. Se aplicável, documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
- k. Se aplicável, quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.

Cláusula 13ª

Amostras

- 1- Além dos documentos previstos no Artigo anterior, o Concorrente deverá apresentar do LOTE 1 a proposta do abrigo e sistema de controlo de acessos eletrónico, referidas no Caderno de Encargos, assim como o seu funcionamento de acordo com as características requeridas e fichas técnicas dos equipamentos.
- 2- As demonstrações previstas no número anterior serão efetuadas entre o 1.º e o 10.º dia útil após a data de abertura das propostas, mediante notificação da Maiambiente, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGOV, da data, hora e forma de realização.
- 3- A não demonstração da amostra é causa de exclusão da proposta.
- 4- O não cumprimento de todas as características e requisitos previstos no Caderno de Encargos é causa de exclusão da proposta.

Cláusula 14ª

Modo de apresentação da proposta

- 5- Os documentos referidos na cláusula anterior devem seguir a ordem apresentada e o nome dos ficheiros deve permitir a sua imediata identificação;
- 6- Cada ficheiro deve constituir um ficheiro autónomo;
- 7- A colocação de ficheiros na plataforma deverá ser otimizada, devendo para os efeitos agruparem-se ficheiros autónomos em ficheiros/pastas comprimidas, devendo a identificação ser fácil e imediata.

Cláusula 15ª

Retirada da Proposta

- 1- Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las.
- 2- O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

SECÇÃO IV

ABERTURA DE PROPOSTAS

Cláusula 16ª

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 1- O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>.
- 2- Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
- 3- O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 4- Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

SECÇÃO V

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Cláusula 17ª

Esclarecimentos sobre as propostas

- 1- O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.
- 2- Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

Cláusula 18ª

Exclusão de propostas

- 1- São excluídas as propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do prazo fixado;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a Maiambiente tenha conhecimento que se verifica algumas das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no presente Programa do Procedimento, ou não cumpram o que ali se encontra estabelecido;
 - e) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixado no presente Programa do Procedimento;
 - g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do que se encontra expressamente previsto nas regras do programa do procedimento;
- 2- São ainda excluídas as propostas cuja análise revele:



MAI

MAI AMBIENTE

- a) Que não apresentam algum dos atributos da proposta, nos termos referido no presente Programa do Procedimento;
- b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Cláusula 19ª

Leilão eletrónico

A Maiambiente não vai recorrer à realização de leilão eletrónico.

SECÇÃO VI

ADJUDICAÇÃO

Cláusula 20ª

Relatório preliminar

- 1- Após a análise das propostas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas.
- 2- No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, relativamente às quais se verifique alguma das situações a que anteriormente se alude.



MAIA

MAIA AMBIENTE

Cláusula 21ª

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido na cláusula anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a cinco dias úteis.

Cláusula 22ª

Relatório final

Cumprido o disposto na clausula anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, nos termos previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Cláusula 23ª

Dever de adjudicação

A decisão de adjudicação e respetiva notificação ao concorrente deve ter lugar até ao termo do prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Cláusula 24ª

Causas de não adjudicação

1- Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
- e) A Entidade Adjudicante considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis;



MAI

MAI AMBIENTE

- f) No procedimento de diálogo concorrencial, nenhuma das soluções apresentadas satisfaça as necessidades e as exigências da Maiambiente.
 - g) No procedimento para a celebração de acordo quadro com várias entidades, o número de propostas apresentadas ou admitidas seja inferior ao número mínimo previsto no programa de concurso.
- 2- A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
 - 3- No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
 - 4- A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Cláusula 25ª

Notificação da decisão de adjudicação

- 1- A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 2- Juntamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa do Procedimento;
 - b) Prestar caução, se esta for devida, indicando expressamente o seu valor;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Se pronunciar sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - e) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição de sociedade comercial de acordo com os requisitos fixados nas peças de procedimento e os termos de proposta adjudicada.
- 3- As notificações antes referidas são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.



MAIA

MAIAMBIENTE

Cláusula 26ª

Documentos de habilitação

- 1- Os documentos de habilitação a apresentar pela entidade adjudicatária, no prazo de 10 dias, são os seguintes:
 - a) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes seguidamente mencionados, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

- iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
 - f) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo.
- 2- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
 - 3- Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação deverão ser apresentados por todos os seus membros.
 - 4- Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
 - 5- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
 - 6- Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.

Cláusula 27ª

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

- 1- O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação antes referidos, preferencialmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>.
- 2- Quando os documentos a que se referem as alíneas b) a f) do n.º 1 da cláusula 26.ª do presente Programa do Procedimento se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Conselho de Administração o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3- Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Maiambiente consulte a informação relativa a qualquer dos documentos mencionados no

número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.

- 4- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Cláusula 28ª

Caução

Não exigível como obrigatória, por se tratar de valor inferior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros).

Cláusula 29ª

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

- 1- O órgão competente para decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
- 2- Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 85.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <http://www.acingov.pt>.

Cláusula 30ª

Não Outorga do Contrato

- 1- A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados no presente Programa do Procedimento;
 - b) Não apresentar os documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada;
 - c) Não prestar a caução que lhe seja exigida, em tempo e nos termos estabelecidos no presente Programa do Procedimento;



MAIA

MAIA AMBIENTE

- d) Não confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - e) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de se tratar de um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade jurídica prevista no presente Programa do Procedimento.
 - f) Não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- 2- Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VII

CONTRATO

Cláusula 31ª

Aceitação da minuta do contrato

- 1- Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos.
- 2- A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos, nos termos da lei, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 32ª

Reclamações contra a minuta

- 1- São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 2- No prazo de 5 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Cláusula 33^a

Celebração de contrato escrito

- 1- O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias após a aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento da decisão sobre a reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respetivo deferimento tácito, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do Artigo 77.º.
- 2- O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o seguinte:
 - a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
 - b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

SECÇÃO VIII

DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS

Cláusula 34^a

Prova de declarações

- 1- A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- 2- No prazo fixado na notificação da decisão de adjudicação, deve o adjudicatário entregar os documentos de habilitação exigidos, apresentando para o efeito certidões emitidas pelas autoridades competentes do respetivo Estado Membro.
- 3- Quando a não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado se verificar por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Cláusula 35ª

Falsidade de documentos e de declarações

- 1- Sem prejuízo dos procedimentos tendentes à responsabilização e da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento de índole criminal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações no âmbito deste procedimento determinam a exclusão imediata do concorrente e, sendo o caso, a caducidade da decisão de adjudicação.
- 2- O disposto no n.º 1 é aplicável no caso de recusa injustificada de apresentação da exigida comprovação.

Cláusula 36ª

Idoneidade

- 1- Podem ser excluídos do presente procedimento, em qualquer momento, os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2- A verificação de alguma dessas situações relativamente a um ou mais membros de um agrupamento poderá implicar a exclusão desse agrupamento.

SECÇÃO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 37ª

Encargos do Adjudicatário

- 1- Constituem encargos do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.
- 2- As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante.

Cláusula 38ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que o presente Programa do Procedimento for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio, na sua redação atual, bem como na demais legislação aplicável.

ANEXO I

Modelo de declaração Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere a alínea a) n.º 1 da cláusula 13.º do presente programa do procedimento e n.º 6 do artigo 57.º do CCP]

O DEUCP encontra-se disponível no endereço: <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>

Os concorrentes devem completar o seu preenchimento com as informações que lhe digam respeito, para o efeito deverão escolher as seguintes opções:

- a) “Sou um operador económico”;
- b) “Importar um DEUCP”;
- c) “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante;
- d) Selecionar o país do concorrente;
- e) Preencher o DEUCP com as informações exigidas e aplicáveis ao presente procedimento;
- f) Descarregar o ficheiro em formato PDF e, em seguida, proceder à assinatura eletrónica do documento e apresentado juntamente com os restantes documentos que constituem a proposta.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

- 1- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
- 2- O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ³] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[... (local),... (data),... [assinatura ⁵].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III
Modelo de proposta de preço

PROPOSTA DE PREÇO

... (indicar denominação ou firma e sede), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do Concurso Público Internacional para ----- e de todas as condições estabelecidas no respetivo Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, propõe-se a fornecer todos os equipamentos que constituem o objeto do concurso pelo preço total de ... € (em algarismos e por extenso), correspondente aos seguintes preços unitários e quantidades de referência:

Descrição	Quantidade	Preço uni (€)	Preço Total (€)
Lote 1 - Aquisição de equipamentos de deposição coletiva para instalação no espaço público			
Fornecimento e instalação de abrigos para contentores de 2 rodas com sistema de abertura por pedal e com sinalética vinílica, equipados com sistema de controlo de acessos eletrónico, com opção de abertura por APP Bluetooth (sem bateria)	83 € €
Baterias	83 € €
Desenvolvimento de API para comunicação de dados com plataforma de gestão operacional da Maiambiente	1 € €
Comunicação de dados e acesso a plataforma de dados ou via API (anos)	3 € €
Fornecimento de chaves eletrónicas RFID identificativas para os utilizadores acederem aos equipamentos	6.300 € €
Acessos para utilizadores que queiram abrir o equipamento via APP móvel	4.000 € €
Fornecimento de placas neutralizadoras de maus odores	83 € €

ΣPreço total Lote 1 €			
Lote 2 – Aquisição de contentores até 60 L de capacidade (tipo balde)			
Fornecimento de baldes de 5 litros para colocação nas cozinhas domésticas, com serigrafada	25.320 € €
Fornecimento de contentores de 25 litros com identificador RFID LF e sinalética vinílica	12.000 € €
Fornecimento de contentores de 60 litros para colocação nas cozinhas não-domésticas, com pedal e sinalética vinílica	30 € €
ΣPreço total Lote 2 €			
Lote 3 – Aquisição de contentores com rodas a partir de 80 L de capacidade			
Fornecimento de contentores de 80 litros com rodas e pedal, identificador RFID LF e sinalética vinílica	510 € €
Fornecimento de contentores de 240 litros com rodas e pedal, identificador RFID LF e sinalética vinílica	173 € €
ΣPreço total Lote 3 €			

Aos valores acima apresentados acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do Contrato, ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.



Data ____ / ____ / ____

Assinatura _____

ANEXO IV

Modelo de declaração relativa ao prazo de garantia do equipamento objeto do fornecimento

DECLARAÇÃO

... (indicar denominação ou firma e sede), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objecto e âmbito do concurso público para a-----
-----, e de todas as condições estabelecidas no respetivo Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, declara garantir o equipamento objeto do fornecimento, contentores e respetivos identificadores eletrónicos instalados, nos termos estabelecidos no Caderno de Encargos pelo prazo de anos.

... (data)

... (assinatura)

ANEXO V

Modelo de declaração relativa à unidade de fabrico dos contentores objeto do fornecimento

DECLARAÇÃO

... (indicar denominação ou firma e sede), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do Concurso Público para a contratação do-----
-----, e de todas as condições estabelecidas no respetivo Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, declara que os contentores objeto do fornecimento serão fabricados pela (designação da entidade), entidade certificada pelas normas EN ISO-9001 e ISO-14001, na unidade de (localização e endereço).

... (data)

... (assinatura